

Propostas de Alteração e Aditamento

às Conclusões do Projeto de Relatório Final da

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

Conclusão III.

Os problemas detetados pelos órgãos de controlo interno, foram reportadas ao Ministério das Finanças, ainda que por vezes de forma vaga ou genérica, não existindo evidência de diligências efetuadas no sentido de os colmatar.

Conclusão V.

Os financiamentos à aquisição de ações foram concedidos com elevados níveis de alavancagem e em grande parte dos casos aprovada em condições diferentes das preconizadas pela DGR. Raramente estas operações obtiveram parecer favorável desta direção.

Proposta de aditamento de conclusão VI-A

Os procedimentos à época adotados não incluíam o registo nas actas da ponderação de argumentos feita pelo CAC ou pelo CA, ou as razões para a não observância de recomendações, designadamente do risco, bem como deliberações sobre contratos com rácios em situação de incumprimento, não permitindo a reconstituição do racional das decisões sobre concessão, monitorização e reestruturação de créditos ou sobre outras operações financeiras.

Conclusão VIII. *(original é dividida em duas conclusões):*

VIII-A

Pelo que foi apurado, a maioria das perdas teve origem nos anos do mandato da administração liderada por Santos Ferreira, sendo contudo de referir que esse mandato coincide com a eclosão da crise financeira iniciada em 2007.

VIII-B

O vice-presidente Maldonado Gonelha e os administradores Armando Vara, Celeste Cardona, Francisco Bandeira, Norberto Rosa e Vítor Fernandes tiveram, segundo os trabalhos da comissão, intervenção direta nos créditos mais problemáticos.

Conclusão IX.

A CGD financiou diversas participações qualificadas com pagamento no final do contrato (*bullet*), em que a venda pelo mutuário para solver o crédito, ou a execução da garantia, não poderiam ser feitas sem causar tumulto no mercado e eventual desvalorização da própria garantia.

Conclusão XIII.

O financiamento à LSB revelou-se desastroso. Quando foi iniciado, não estava garantido que tivesse como resultado o investimento em Sines. Já eram conhecidas irregularidades praticadas pelo CEO da LSB quando o investimento foi feito.

Conclusão XIV.

Toda a intervenção da CGD relativa à LSB e ao projeto ARTLANT foi condicionada pelo apoio político do Governo ao projeto de instalação de uma fábrica em Sines, traduzida na declaração do projeto como PIN em 2007. Estas considerações levaram, designadamente, a que fosse ultrapassado a rejeição inicial pelo CAIXA BI do investimento em Espanha.

Conclusão XVI.

A constituição da WOLFPART configura uma situação paradigmática de contorno das recomendações e pareceres dos serviços da CGD para realização do investimento. A CGD entrou com 97% dos fundos, mas ficou apenas com 25% do capital.

Conclusão XVIII. *(original é dividida em duas conclusões):*

XVIII-A

Na operação “BOATS CARAVELA” a administração presidida por João Salgueiro procurou melhorar os resultados de 1999, eliminando uma provisão de EUR 25,5M em perdas potenciais de Obrigações do Tesouro, trocando-a por perdas equivalentes que se verificariam em anos subsequentes e pela subscrição de um produto financeiro com elevadíssimas perdas potenciais.

XVIII-B

Apesar das discordâncias entre os ex-membros do CA e os elementos dos serviços da CGD sobre o que foi aprovado pela Administração da CGD e o contrato assinado com o CREDIT SUISSE FIRST BOSTON, foi evidente a falta de conhecimento e preparação para lidar com o produto estruturado cujas perdas de EUR 340M que tiveram de ser assumidas durante os anos seguintes;

Palácio de São Bento, 16 de julho de 2019

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista